

EDITORIAL

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

As temáticas deste Dossiê apontam a necessidade de se lançar um olhar atento sobre aspectos que constituem o cenário da sociedade brasileira no que diz respeito às questões das relações étnico-raciais, focando a educação nas comunidades remanescentes de quilombos. Os movimentos negro e quilombola foram fundamentais protagonistas das articulações políticas e reivindicatórias das demandas das comunidades quilombolas de todo o país. Colocaram no cenário público e político as desigualdades sociais e preconceitos vivenciados por suas comunidades. Esse dossiê pretende dar visibilidade à história de luta pela educação das relações étnico-raciais e a formação docente como um desafio para o Brasil que percebe-se diverso. Os trabalhos inscritos visam contribuir para o conhecimento e práticas sociais e pedagógicas a partir de estudos e pesquisas produzidos sobre as realidades social e cultural peculiares da população negra, com foco nas comunidades quilombolas, na perspectiva da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola o que justifica inseri-lo neste eixo temático.

Viviane Marinho Luiz (UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba) apresenta uma pesquisa realizada junto às crianças do Quilombo Ivaporunduva, localizada na região do Vale do Ribeira entre os estados de São Paulo e Paraná e discute a participação delas no cotidiano da comunidade, onde aprendem muito com seus líderes.

Givânia Maria da Silva (UnB, Universidade de Brasília) e *Maria Diva da Silva Rodrigues* (UPE, Universidade de Pernambuco) estabelecem um diálogo entre a política de formação inicial e continuada de professores(as) e a relação com as diretrizes nacionais curriculares para a educação escolar quilombola, a partir da educação diferenciada do território quilombola de Conceição das Crioulas/PE.

Em seguida, *Rita de Cássia Souza Felix Batista* (UFC, Universidade Federal do Ceará) apresenta em seu artigo a catalogação, o conhecimento e estudos a respeito dos Clubes Sociais Negros ou AfroClubes que surgiram a partir da segunda metade do século XIX em várias regiões do Brasil, onde houve a presença de ex-escravizados e seus descendentes, enfatizando a participação das mulheres negras.

Maura Rosa de Paula Paz (PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) faz uma síntese do trajeto de lutas, perseguições e resistências que marcam a trajetória das

comunidades quilombolas pelo reconhecimento de seus direitos fundamentais, principalmente no campo na área da educação.

Noedi Monteiro (UNISAL, Centro Universitário Salesiano de São Paulo) enfoca a trajetória das relações etnicorraciais desenvolvidas e aplicadas no Brasil, ao longo de sua história, como das linguagens específicas inerentes à convivência e formação do povo brasileiro.

A seguir, este dossiê traz um texto escrito a quatro mãos, por *Patrícia Gomes Rufino Andrade* (UFES, Universidade Federal do Espírito Santo) e *Maria Aparecida Santos Correia Barreto* (UFES, Universidade Federal do Espírito Santo). A professora Maria Aparecida nos deixou durante o processo de elaboração desta edição e a ela nós dedicamos nossa homenagem. O texto objetiva analisar a formação continuada de professores em educação étnico-racial e suas tessituras a partir das experiências do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no período de 2010-2012.

Dagoberto José Fonseca (UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara) apresenta os sujeitos e os saberes quilombolas que influenciam na educação, bem como a educação existente nas comunidades quilombolas do Brasil, e em particular do Estado de São Paulo. Além disso, estabelece o que são quilombos, a origem do termo e a história política e cultural dessas populações no país.

Outro texto, o de *Juliana de Souza Mavoungou Yade* (UFC, Universidade Federal do Ceará), refere-se aos movimentos migratórios ocorridos entre a população negra no período pós-abolição. São histórias de chegada à cidade de Carapicuíba – São Paulo na primeira metade do século XX que narram os processos de reterritorialização do espaço.

Rosivalda dos Santos Barreto (UFC, Universidade Federal do Ceará) traz sua contribuição a este dossiê com a crítica que faz acerca do desinteresse pela história dos(as) afrodescendentes no sistema educacional brasileiro, discutindo o que ela denomina de apagamento da lei 10.639/03 com o surgimento da Lei 11.645/08, e pela indiferença no âmbito das licenciaturas e nas formações continuadas em formar profissionais (re)conhecedores do legado africano no processo civilizatório da humanidade, por não inserir o conhecimento da afrodescendência, filosofia e cultura de base africana.

Márcia Cristina Américo (UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba) escreve sobre a Comunidade Negra Agroflorestal Quilombo Ivaporunduva, focando o processo histórico e a organização social e territorial dessa população. Com elementos que caracterizam a pesquisa etnográfica, a investigação buscou reconstruir a história da Comunidade Tradicional Quilombo Ivaporunduva a partir das memórias dos quilombolas sobre seu passado, seu trabalho, seus confrontos e resistências para permanecerem no território.

Renato Ubirajara dos Santos Botão (UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília) e *Silvane Aparecida da Silva Queiroz Norte* (PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) trazem reflexões acerca dos percursos da Educação Escolar Quilombola como política pública de atendimento às necessidades educacionais das populações quilombolas no Brasil. Abordam inicialmente as discussões em âmbito nacional, como a garantia de auto-definição das comunidades como quilombolas, prevista no

artigo 68 das disposições transitórias da constituição de 1988 para, logo em seguida, tratar das políticas específicas para a área da educação.

Por fim, o texto de *Antônio Filogênio de Paula Júnior* (UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba) revela o modo de transmissão oral e o aporte de saberes educativos contidos nas culturas tradicionais afro-brasileiras. Para Antônio, a proposta da Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, permite repensar as práticas culturais afro-brasileiras para além de suas aparências, desvendando o valor educativo contido nelas.

Agradecemos à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), a iniciativa de apoio financeiro a publicação dos dossiês premiados para divulgação de temas relevantes para a área da educação.

Que a leitura desses artigos possa contribuir na direção de uma análise crítica de nossa sociedade - ainda racista e preconceituosa - e nos ajude na construção de indivíduos autônomos e emancipados, dignos de respeito.

Boa leitura!

Anna Maria Lunardi Padilha – Coordenadora do Dossiê
Maria Inês Bacellar Monteiro – Presidente da Comissão Editorial de Comunicações